



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Rua Rondônia, nº 2811, bairro Alto Alegre, São Francisco do Guaporé/RO – CEP 76.935-000
Telefone: (069) 3621-2323 – www.saofranciscodoguapore.ro.leg.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Preâmbulo

1.1. Com base na Lei Federal 14.133/2021, este Termo tem por propósito fornecer elementos e subsídios que permitam dentro de uma viabilidade econômica, através do procedimento pertinente, que seja realizado a aquisição do objeto supracitado abaixo.

2. Definição do objeto, incluídos sua natureza

2.1. Contratação de pessoa jurídica, para fornecimento de **material Gráfico**.

2.2. Da justificativa de necessidade

2.2.1. Notável a necessidade desta contratação, por se tratar de material Gráfico, fundamental para organização dos departamentos, organização dos processos administrativos e identificação do patrimônio público.

2.3. Do quantitativo

2.3.1. A seleção dos itens a serem adquiridos, suas quantidades, bem como as suas descrições ficaram a cargo do Departamento da **Secretária Geral**.

2.3.2. O quantitativo estimado foi mensurado, levando em consideração, o atendimento da demanda e respeitando uma margem para suportar um eventual aumento, **estando relacionado no item 11** deste Termo.

2.3.3. O quantitativo **trata-se de estimativo** para o exercício do ano de 2024, não se obrigando este Poder Legislativo pela aquisição total.

2.4. Enquadramento do objeto como comum

2.4.1. Os Produtos/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 7º, § 6º da Resolução Legislativa 007/2023 e art. 6º, XIII da Lei Federal 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Desta forma, a estrutura procedimental da **modalidade dispensa eletrônica**, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

2.5. Da vigência

2.5.1. O contrato terá vigência apartir da assinatura por um prazo de 06 Meses ou em quanto haver saldo de empenho.

3. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.

3.1. A aquisição, objeto deste termo, tem amparo legal, integralmente, na Resolução Municipal 007/2023 e Lei Geral de Licitações 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas no edital e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

3.2. Previsão do contratação.

3.2.1. Conforme estabelecido na Resolução Legislativa 007/2023, este Poder Legislativo não elaborará Plano Anual de Contratação.

4. Descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto

4.1. A aquisição em tela visa dar continuidade as atividades que dão operacionalização e adequação à administração pública em suas atribuições, uma vez que os itens são de extrema necessidade e utilizados na rotina administrativa e organização desta casa de leis.

5. Requisitos da contratação

5.1. O objeto a ser adquirido é caracterizado como bens comuns de que trata o art. 7º, § 6º, da resolução legislativa 007/2023 que assim dispõe: "São bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

5.2. Que preferencialmente sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.3. Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.4. Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de recondicionamento.

5.5. O dever de substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos.

5.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os art. 12º, 13º, 18º e 26º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

5.7. Não haverá exigência de garantia da contratação do art. 96 e seguintes da lei federal 14.133/2021.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento

6.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma única, em prazo já estabelecido neste termo.

6.2. Nos preços cotados deverão estar inclusos: impostos, fretes, taxas, seguros e quaisquer outras despesas incidentes, deduzidos eventuais descontos concedidos.

7. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade

7.1. Nos termos do art. 117º Lei n. 14.133/2021, será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120º da Lei Federal 14.133/2021.

7.3. É direito da fiscalização rejeitar qualquer produto quando entender que se encontra fora das especificações do Termo Contratual.

7.4. À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

7.4.1. Encaminhar a administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à Contratada;

7.4.2. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos produtos;

7.4.3. Acompanhar, avaliar e atestar o recebimento dos produtos entregues pelo Fornecedor, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;

7.4.4. Verificar a aplicação de sanções administrativas;

7.4.5. Encaminhar a autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de

competência; e,

7.4.6 Zelar para que o objeto do ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado.

7.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1.1 Pagamento será de forma estimativa conforme ocorrerem às necessidades da demanda sendo solicitada pela administração posteriormente a empresa vencedora realizara a entregas dos produtos/serviços.

9.1. Da entrega: a entrega será de forma estimativa por um periodo de 06 meses.

9.1.1. Efetuar a entrega **dos materiais gráficos** em perfeitas condições em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, conforme estabelecido neste termo, na sede deste Poder Legislativo, localizada na Rua Rondônia, nº 2811, bairro Alto Alegre, São Francisco do Guaporé/RO, acompanhado da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, sem rasuras, em letra bem legível informando os produtos e os quantitativos.

9.2. Entregar o material durante o horário do expediente ou em horários alternativos, previamente acordados com o responsável pelo recebimento.

9.2.1. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações 14.133/2021 e o regulamento interno deste Poder Legislativo, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação do servidor designado como fiscal.

9.2.2. **Recebimento do objeto contratado:** O objeto contratado será recebido conforme as condições estabelecidas no Edital, da seguinte forma:

1ª-Estimativa e Entrega: A administração fará uma estimativa das necessidades e solicitará os produtos conforme a demanda.

As entregas serão realizadas conforme as solicitações feitas pela administração.

2ª-Processo de Recebimento:

Recebimento Provisório: Os produtos serão recebidos provisoriamente em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado informando o término da execução.

3ª-Recebimento Definitivo:

Após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

Se os produtos estiverem de acordo com as especificações, a aceitação definitiva será formalizada.

9.2.3. Constatada qualquer irregularidade, a vencedora da licitação, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 7 (sete) dias, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

9.2.4. O período compreendido entre a entrega do objeto desta licitação e a notificação para a troca não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do mesmo.

9.2.5. Caso seja constatado que o produto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do Edital, a contagem do prazo para fazer a substituição/regularização não será interrompida.

9.2.6. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

9.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do objeto.

9.2.8. Os produtos devem constar prazo mínimo de vencimento de um ano a contar da data de recebimento.

9.3. Do pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado de **forma estimativa conforme demanda solicitada**, através de transferência bancária ou cheque nominal, até o quinto dia útil, mediante a apresentação de nota fiscal, correspondente ao fornecimento executado e aceito definitivamente, devendo ser emitida, obrigatoriamente, pelo CNPJ da contratada.

9.3.2. A nota fiscal deverá ser emitida eletronicamente e encaminhada à Secretaria Geral, sem rasuras e

em letra bem legível.

9.3.3. Para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme proposta apresentada e especificações exigidas neste Termo de Referência assim como no Edital, executando fielmente o objeto contratado, prestando os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.2. Realizar entrega e produtos de boa qualidade com longa vida útil de acordo como solicitado pela administração.

10.3. Os adesivos deverão ser entregues e instalados com mão de obra inclusa, ficando toda responsabilidade trabalhista por conta da empresa vencedora.

11. Forma e critério de seleção do fornecedor

11.1. O procedimento licitatório a ser adotado, será regido pela Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

11.2. A licitação será realizada para a contratação de empresa confecção de materiais gráficos deste Termo de Referência será processada na modalidade **Dispensa de Licitação, sob a forma Eletrônica, tipo menor preço por lote**.

11.3. A escolha da modalidade de Dispensa de licitação, em razão do valor está fundamentada no art. 75º, II da lei federal 14.133/2021. Justifica-se também pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos.

11.4. Em cumprimento ao art. 48º, I da Lei Complementar 123/2006 todos os itens com valores totais de contratação forem de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte. Desde que, tenha a participação de no mínimo 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com a apresentação de proposta, caso não seja atendido este requisito previsto em lei, os itens deverão ser de ampla disputa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

12. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado

12.1. Estimado o valor da contratação para o exercício do ano de 2024 será de **R\$ 8.624,21** (Oito Mil Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Um Centavos), referente aos itens abaixo discriminados.

Lote 01

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário Estimado	Valor total Estimado
01	1.000	serv	Confecção de capa de processo medindo 59cm x 32cm, em cartolina laminada	R\$ 4,31	R\$ 4.310,00
02	10	serv	adesivo impresso para porta, 65 cm x 25cm - arte a ser definida pela contratante.	R\$ 31,64	R\$ 316,40
03	10	serv	Confecção de carimbo datador automático, confeccionada de acordo com a solicitação da administração	R\$ 163,75	R\$ 1.637,50
04	11	serv	Confecção de adesivo para identificação partidária, de com dimensão de 8,5cm x 26cm	R\$ 13,65	R\$ 150,15

05	2	mts	Película protetora solar, g-5 – em metros quadrados tamanho 1,65 mts x 2.10mts	R\$ 574,33	R\$ 1.148,66
06	1	mts	Adesivo em faixa para porta tamanho 13,5 cm x 4 mts- arte a ser definida pela contratante	R\$ 165,00	R\$ 165,00
07	1	serv	Banners, completo com bastão/ilhós em lona vinílica. Tamanho 2,5 mts x 1,5 mts	R\$ 603,44	R\$ 603,44
08	4	serv	Adesivo para porta de veículos medindo 25cm x 25 cm	R\$ 34,38	R\$ 137,52
09	11	serv	Confecção de adesivo para identificação partidária para quadros individuais, com dimensão de 29 cm x 3 cm.	R\$ 14,14	R\$ 155,54
					R\$ 8.624,21

13. Adequação orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição ocorrerão à conta de recursos específicos consignados ao orçamento:

01.00.00 – Poder Legislativo

01.01.00 – Câmara Municipal

01.0310001.2001 – Manut. Das Atividades - Câmara Municipal

3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

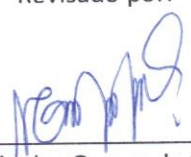
São Francisco do Guaporé – RO, 03 de Junho de 2024.

Elaborado por:



Deyvid Nikolla Lopes Muller
Equipe de apoio
Portaria 011/2024/SG

Revisado por:



Maria das Graças da Silva
Secretaria Geral
Portaria 031/2024/GP

Encaminho processo, à autoridade superior, para análise e verificação quanto à aprovação, com vistas a adoção de medidas necessárias à contratação pretendida.

Sendo aprovado este Termo, o processo deverá ser encaminhado para elaboração da reserva de saldo, e posteriormente à Procuradoria Jurídica e Controle Interno para análise e parecer.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Rua Rondônia, nº 2811, bairro Alto Alegre, São Francisco do Guaporé/RO – CEP 76.935-000

Telefone: (069) 3621-2323 – www.saofranciscodoguapore.ro.leg.br

TERMO DE APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 118/2024.


OBJETO: **contratação de empresa para confecção de Material Gráfico.**

VALOR ORÇADO: 11.187,93.

Respaldado no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **APROVO** o termo de referencia, do referido processo de: **contratação de empresa para Confecção de material Gráfico, Dispensa de licitação eletrônica.**

São Francisco do Guaporé-RO, 03 de Junho de 2024.

Aprovo o presente termo de referência, nos termos dos art. 6º, XXIII, e 40º, § 1º, da Lei federal 14.133/2021



Jose Carlos da Silva
Presidente
CMSFG/2024